



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI**  
**SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI**

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-140  
Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

**EXPEDIENTE 2025/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI**

Teresina/PI, 06 de outubro de 2025.

**AL-P-(SGM) Nº 00294/2025**

Excelentíssimo Senhor  
Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**RAFAEL TAJRA FONTELES**

NESTA CAPITAL

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Autógrafo do Indicativo** de autoria do **Deputado Felipe Sampaio** que: **"Autoriza o Poder Público Estadual a instituir a contratação de plano de saúde para Servidores Públicos Estaduais ativos, efetivos, comissionados e contratados"**.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **SEVERO EULÁLIO**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SEVERO MARIA EULALIO NETO - Matr.0000000-0, Presidente da ALEPI**, em 06/10/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020525876** e o código CRC **5222A085**.

**Referência:** Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.013221/2025-95

SEI nº 0020525876



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI**  
**SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI**

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-140  
Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

**PROPOSIÇÃO** 2025/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI

Teresina/PI, 06 de outubro de 2025.

**INDICATIVO Nº 21 DE DE DE 2025**

*Autoriza o Poder Público Estadual a instituir a contratação de plano de saúde para Servidores Públicos Estaduais ativos, efetivos, comissionados e contratados.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a adotar as medidas legais e administrativas necessárias para a contratação de plano de saúde destinado aos servidores públicos estaduais ativos, comissionados, contratados e efetivos, visando garantir assistência médico-hospitalar de qualidade.

Art. 2º A adesão ao plano de saúde será de caráter facultativo, devendo ser formalmente solicitada pelo servidor interessado.

Art. 3º O custeio do plano de saúde poderá ser integral ou parcial, a critério do Poder Executivo, observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias, bem como as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O servidor que aderir ao plano de saúde ficará responsável pelo pagamento de coparticipações relativas aos serviços utilizados, conforme contrato firmado com a operadora.

§ 2º Poderão ser incluídos dependentes, mediante custeio integral do servidor requerente.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se dependentes:

I - filhos solteiros:

a) menores de 18 (dezoito) anos não emancipados;

b) inválidos, sem limite de idade;

c) estudantes de ensino regular ou superior, até 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que comprovada a dependência econômica;

II - o cônjuge;

III - o companheiro ou companheira, independentemente de gênero, que mantenha união estável pública, contínua e duradoura;

IV - o enteado ou tutelado, nas condições do inciso I, desde que comprovada a dependência econômica, caracterizada pela percepção mensal de renda não superior ao salário mínimo nacional.

§ 4º O custeio do plano de saúde pelo Estado encerra-se automaticamente com a exoneração, demissão, rescisão contratual ou término do vínculo funcional do servidor, salvo disposição diversa prevista em regulamento específico.

Art. 4º O Poder Executivo deverá realizar licitação pública para contratação da operadora de plano de saúde, garantindo transparência e economicidade.

Art. 5º A regulamentação quanto às condições de adesão, critérios de custeio e abrangência de cobertura será estabelecida por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA**, em Teresina (PI), 30 de setembro de 2025.

Dep. **SEVERO EULÁLIO**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SEVERO MARIA EULALIO NETO - Matr.0000000-0, Presidente da ALEPI**, em 06/10/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020526035** e o código CRC **F1D9C4F6**.

**Referência:** Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.013221/2025-95

SEI nº 0020526035